



## ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES REALIZADAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Vanessa da Silva Souza <sup>1</sup>  
Valéria da Silva Trajano <sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior utiliza instrumentos com diferentes dimensões e indicadores para avaliação das instituições de educação superior. Na dimensão da organização didático-pedagógica, o indicador ‘metodologia’ aparece como elemento protagonista no ensino (Brasil, 2004a; Cavalcanti; Guerra, 2020).

Por sua importância, o Curso de Especialização Ciência, Arte e Cultura na Saúde (CACS), Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz adota a oficina pedagógica no ensino-aprendizagem de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) (Trajano *et al.*, 2018). Esta metodologia possibilita aos estudantes vivenciar situações concretas, significativas, alicerçadas em sentir-pensar-agir, sem deixar de lado as bases teóricas e a troca de saberes (Paviani; Fontana, 2009).

Dessa forma, as PICS são exercitadas pelos estudantes e essas experiências podem promover a cultura do autocuidado, conforme preconizado pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (Brasil, 2006). No entanto, as oficinas pedagógicas em PICS realizadas no CACS não têm uma avaliação criteriosa sobre o seu desenvolvimento.

Cabe ressaltar que nas diretrizes e normas para oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, não constam procedimentos detalhados para sua avaliação (Brasil, 2018). Contudo, a avaliação pode produzir processos de conhecimento, compreensão e julgamento de instituições, tanto em suas partes, como na sua totalidade, visando o melhoramento da qualidade, a elevação da eficácia institucional, a conscientização dos atores sociais envolvidos no projeto educativo e a efetividade acadêmica e social. Neste sentido, incentivar a avaliação é uma exigência ética (Brasil, 2004a).

---

<sup>1</sup> Pós-Graduanda na Especialização *Lato Sensu* em Ciência, Arte e Cultura na Saúde e no Mestrado Acadêmico em Ensino em Biociências e Saúde, no Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz - Rio de Janeiro, [vanessasouza@aluno.fiocruz.br](mailto:vanessasouza@aluno.fiocruz.br);

<sup>2</sup> Orientadora, Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino em Biociências e Saúde, no Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz - Rio de Janeiro e da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, [vlrtrajano@gmail.com](mailto:vlrtrajano@gmail.com).



Diante do exposto, objetivamos esquematizar um roteiro avaliativo de oficinas pedagógicas em PICS.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Na educação enquanto ato revolucionário, as ações devem ocorrer no sentido do desenvolvimento humano mais harmonioso, no pensar autêntico, na profunda crença nas pessoas e no seu poder criador para alcance da liberdade, da diminuição da pobreza, da exclusão social, das incompreensões e das opressões (Freire, 1967). Com a perspectiva do ser ativo no processo de construção de possibilidades no mundo, o ensino-aprendizagem pressupõe a escolha de práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação do educando-educador, bem como do educador-educando (Freire, 1987).

No campo da saúde, a emancipação é fator crucial para o desenvolvimento de profissionais autônomos e responsáveis com a própria formação. Mas não no sentido de ser uma pessoa informada e informante, que dedica seu tempo a estar cada vez mais informada. Pois nesta intenção, a informação propicia o cancelamento das possibilidades de experiência, aqui compreendida como: “o que nos passa, o que nos acontece, ou que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça” (Larrosa Bondía, 2002, p. 21).

Alinhadas a esses propósitos de significação, construção de saberes de forma horizontal, emancipação dos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem e de provocação de experiência, encontram-se as oficinas pedagógicas (Paviani; Fontana, 2009).

Para uma avaliação coerente com o que se propõe no ensino-aprendizado de PICS, é importante que ocorra em ato processual, levando em consideração os conhecimentos prévios, os construídos nas oficinas pedagógicas e os que serão desenvolvidos. Além disso, de forma dinâmica, com diagnóstico das demandas para propiciar a melhoria do processo educativo. Por fim, incluyente, convidando o estudante a manter-se em aprendizagem (Luckesi, 2013).

## **METODOLOGIA**

Estudo exploratório, com revisão bibliográfica de instrumentos avaliativos de metodologia e apoiado em múltiplas referências.

A busca nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed e BVS ocorreu nos meses de junho a agosto de 2024. Filtros como “Coleções Brasil” e publicações nos últimos cinco anos



foram aplicados. Os descritores utilizados foram combinados com o operador booleano *OR*, na seguinte composição: “Inquéritos e Questionários” *OR* “Avaliação de Programas e Instrumentos de Pesquisa” *OR* “Metodologia como Assunto”. Foram localizados 368 artigos na SciELO, 934 na LILACS, 460 na PubMed e 672 na BVS.

Como critérios de inclusão adotamos: publicações em português, inglês ou espanhol e artigos originais que apresentaram instrumento de avaliação aplicados a estudantes sobre a metodologia de ensino-aprendizagem. Foram excluídos os estudos com instrumentos para avaliação de conhecimentos acerca de conteúdos curriculares. Após o processo de seleção, foram incluídos 3 artigos localizados na SciELO, 4 na LILACS, 4 na PubMed e 1 na BVS.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As evidências encontradas na revisão bibliográfica indicam quatro domínios prevalentes nos instrumentos de avaliação de metodologias de ensino-aprendizagem. São eles: “Comunicação”, “Cooperação”, “Ética” e “Papéis e Responsabilidades”. Estes achados corroboram com o ato amoroso de avaliar. Pois, para além de verificar as competências cognitivas, preocupa-se com as relações interpessoais, o acolhimento e atuação do professor enquanto mediador do processo ensino-aprendizagem (Luckesi, 2013).

Além dos domínios encontrados, os seguintes itens estão contemplados no roteiro de avaliação das oficinas pedagógicas em PICS: dados demográficos, etapas de estruturação de oficinas pedagógicas e quesitos relacionados a expressão de emoções, sentimentos, percepções e interesses. Para inclusão dos quesitos “gênero”, “raça/cor” e “deficiência” no roteiro de avaliação, buscamos em políticas públicas de saúde e em legislações pertinentes a discussão proposta, argumentos que esclarecem a importância desses quesitos.

Como elemento constitutivo das relações sociais, o gênero é uma construção social e histórica que se sobrepõem a um corpo sexuado. A subjetividade de cada pessoa a torna única, bem como é singular a sua forma de reagir ao que lhe é oferecido em sociedade. Como na maioria das sociedades as relações de gênero são desiguais e essas desigualdades podem se refletir em discriminação, é importante a inclusão da perspectiva de gênero em consultas a dados demográficos para produção de informações que possam subsidiar a escolha por pronomes que melhor expressem a identidade de gênero das pessoas, bem como para contribuir com a promoção da igualdade nas relações de poder (Brasil, 2004b).

Outro ponto importante para a promoção da igualdade nas relações sociais e de poder é a raça/cor. Pois o racismo, enquanto processo político e histórico, gera condições sociais para



que direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam sistematicamente discriminados. Assim, a tomada de consciência sobre a possibilidade de desigualdades de raça, etnia e gênero pode contribuir para a execução de ações voltadas a redução dessas desigualdades e ampliação do acesso a esses grupos (Brasil, 2010).

Em se tratando do processo ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência, é necessário o “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (Brasil, 2015, p.6). Para tanto, é importante conhecer as necessidades individuais e coletivas das pessoas com deficiência (Brasil, 2015).

Como medida de prevenção a todas as formas de discriminação torna-se necessário o engajamento das instituições na promoção do respeito e da maximização dos benefícios da diversidade para a sociedade (Brasil, 2010). Além disso, adotar medidas de inclusão é um ato de empatia e acolhimento que pode despertar nas pessoas a percepção de estarem representadas e de serem respeitadas (Brasil, 2004b; Brasil, 2010; Brasil, 2015).

No que tange aos quesitos relacionados a ‘estruturação da oficina pedagógica e de expressão de emoções, sentimentos, percepções e interesses’, as inclusões no roteiro de avaliação se deram a partir da orientação para elaboração das etapas de planejamento de oficinas pedagógicas e de seu alicerce no tripé sentir-pensar-agir.

As etapas de estruturação de oficinas pedagógicas são: (1) organização das ideias e dos recursos teóricos e tecnológicos; (2) organização do espaço de desenvolvimento da oficina, acolhimento dos participantes, apresentação e socialização de experiências acerca da temática de interesse, estímulo ao desenvolvimento da criatividade e produção, construção e troca de saberes a respeito do tema, apresentação das produções; (3) avaliação da oficina pedagógica no que tange: metodologia, tempo de execução, recursos empregados e construção de conhecimentos (Paviani; Fontana, 2009; Lopes *et al.*, 2009; Menezes; Russo, 2023).

Nas oficinas, tanto emoções e sentimentos, como conteúdos teóricos são valorizados na construção de saberes (Paviani; Fontana, 2009). Neste sentido, a experiência traduzida em palavras, diz respeito a “como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos” (Larrosa Bondía, 2002, p. 21).

Também constam quesitos sobre as práticas tradicionais e práticas complementares integrativas. A inclusão deste quesito se ancorou nas políticas públicas de saúde que tratam deste tema, bem como em estudos que discutem a inserção do ensino de PICS nos currículos.



Em virtude das políticas que versam sobre as práticas tradicionais e àquelas que discutem as PICS estarem documentadas separadamente, cabe aos profissionais e estudantes interessados na temática realizar a interlocução desses saberes (Brasil, 2002; Brasil, 2006; Brasil, 2018b). Portanto, é possível que nem todos os profissionais e estudantes tenham conhecimento sobre estas diferenciações. Além disso, como as PICS não estão implementadas em todo o território brasileiro e nem tão pouco nos currículos dos cursos de graduação, é importante verificar o que os estudantes entendem acerca das práticas (Morais *et al.*, 2022; Rocha *et al.*, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As PICS estão alcançando espaços nas áreas da educação e da saúde. Por sua importância no cuidado em saúde, estas abordagens terapêuticas merecem atenção e investimentos para que o ensino-aprendizagem de seus conteúdos contribua com a compreensão dos conceitos que as abarcam, bem como, para que as atividades teórico-práticas sejam relevantes à formação profissional. Neste sentido, este estudo contribui com a cultura avaliativa da Instituição.

As diferentes dimensões do processo ensino-aprendizagem incluídas no roteiro de avaliação das oficinas pedagógicas em PICS, favorecem a compreensão da relevância do ensino dessas abordagens terapêuticas para produção de conhecimentos nas áreas de educação, ensino e saúde.

Para realização de estudos acerca dos benefícios do ensino de PICS na graduação e na pós-graduação de diferentes Instituições de Ensino Superior, faz-se necessária a validação deste roteiro em instrumento de avaliação por especialistas das áreas da educação e da saúde.

**Palavras-chave:** Oficina Pedagógica, Ensino-Aprendizagem, Avaliação, Práticas Integrativas e Complementares, Pós-Graduação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1 de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº9.394/1996, e dá outras providências. 2018a.



BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior.** Brasília: INEP, 2004a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971 de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 maio 2006.**

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.384 de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2018b.**

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Instituiu Estatuto da Igualdade Racial, altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 set. 2010.**

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Instituiu Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 set. 2015.**

CAVALCANTI, L. M. R.; GUERRA, M. G. G. V. **Avaliação da educação superior no Brasil: das primeiras regulações até o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).** João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

FREIRE, PAULO. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LARROSA BONDÍA, JORGE. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Tradução: João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.19, p.20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.**

LOPES, J. M. C. *et al.* **Manual da oficina para capacitar preceptores em medicina de família e comunidade.** Florianópolis: Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2009.

LUCKESI, C. P. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez, 2013. Livro eletrônico.

MENEZES, A. K. C.; RUSSO, F. J. F. Oficinas pedagógicas como instrumento facilitador da aprendizagem na educação infantil: um estudo de caso na Escola Profª. Maria Evan do Carmo. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar, Jundiaí, v.4, n.6, p.1-23, e463250, 2023.**

MORAIS, M. S. T. *et al.* As práticas integrativas e complementares nos cursos da saúde de universidades públicas. **Rev. Ed. Popular, Uberlândia, Edição Especial, p.117-134, out. 2022.**

PAVIANI, N. M. S.; FONTANA, N. M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, p.77-88, maio/ago. 2009.**

ROCHA, E. M. S. *et al.* Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia. **Revista Docência do Ensino Superior, Belo Horizonte, v. 12, e035437, p.1-21, 2022.**

TRAJANO, V. S. *et al.* Ciência, Arte e Cultura na Saúde. **Revista Educação, Artes e Inclusão, Santa Catarina, v. 14, n. 2, p. 134-151, abr./jun. 2018.**